



Debate

Dizer o indizível para quê?”

Évora, Lisboa, Portimão, Porto

18 de Abril de 2017

O tema do Dia Internacional dos Museus este ano, celebrado a 18 de Maio, é “Museus e histórias contestadas: dizer o indizível em museus”. Que histórias serão essas que não se dizem? Porque é que devemos (ou não) contá-las? Terão todos os museus histórias controversas a contar? A quem cabe contá-las? Gostaríamos que este debate nos permitisse reflectir sobre o que devemos ou podemos esperar dos nossos museus, com profissionais e como visitantes.

Convidados

Évora, Direcção Regional de Cultura do Alentejo, Casa da Rua de Burgos

Convidados: Ana Carvalho, Museóloga; Ana Cristina Pais, Direcção Regional de Cultura do Alentejo; Carla Barroseiro, Centro de Interpretação do Tapete de Arraiolos; Filipa Oliveira, Fórum Eugénio de Almeida

Moderadora: Ana Rita Costa, Museóloga, Acesso Cultura

Lisboa, Museu do Dinheiro

Convidados: Clara Vaz Pinto, Museu Nacional do Traje; José Pedro Sousa Dias, Museu Nacional de História Natural e de Ciência; Luís Farinha, Museu do Aljube; Maria José Machado Santos, Museu da Marioneta; Sara Barriga, Museu do Dinheiro

Moderadora: Ana Rita Canavarro, Museóloga

Tradução em Língua Gestual Portuguesa (com o apoio da Escola Superior de Educação de Setúbal)

Portimão, Museu de Portimão

Convidados: Elena Morán, Câmara Municipal de Lagos; Emanuel Sancho, Museu do Trajo de São Bras de Alportel; Mário Rui, Escola de Bemposta, Portimão; Rui Parreira, Direcção Regional de Cultura do Algarve

Moderadora: Luísa Ricardo, Museu Municipal de Tavira

Porto, Museu Nacional Soares dos Reis

Convidados: Alexandra Anjos, Museu Militar do Porto; Maria João Vasconcelos, Museu Nacional Soares dos Reis; Suzana Menezes, Museu da Chapelaria e Museu do Calçado de São João da Madeira

Moderadora: Alice Semedo, Professora universitária, Museóloga

Tradução em Língua Gestual Portuguesa: Cláudia Braga (uma parceria com a Associação Laredo)

Resumo

Questões levantadas

O que é que se pode dizer? Podemos dizer tudo? Quais os limites da palavra? Qual o papel do silêncio? Como é que se pode “dizer”? Dando voz ou também através de outras linguagens? E... para quê dizer?

Os museus devem envolver-se em discussões sobre problemas/controvérsias da actualidade ou manter-se neutros?

Qual o papel do museu, enquanto instituição legitimadora de informação e com autoridade cultural, no contexto de uma sociedade onde crescem a desinformação, as notícias falsas e os factos alternativos?

Como é que os contextos teóricos em que nos movemos são constrangimentos / facilitadores de cartografias (alternativas)? Que contextos teóricos são esses?

Quais as consequências de advogar apenas um lado dos factos? Branqueamento da História? Perigo de instrumentalização do museu? E as consequências de mostrar como iguais os 2 lados de uma questão? Relativismo moral e legitimidade de certas atitudes?

Nos museus cujas temáticas parecem inofensivas e pacíficas e nos quais não se consegue imaginar quais seriam as histórias indizíveis, não haverá objetos controversos? Porque se foca a interpretação tantas vezes no valor estético do objecto e se ignora a dimensão social, política e religiosa?

Como representar a nossa história colonial e o período do Estado Novo?

Problemática da representação do eu/nação vs. ‘o outro’ no mundo globalizado.

Problemática da abordagem da pessoa com deficiência e representação do corpo humano.

Mas isto não tem só haver com traumas e dores; tem também haver com histórias de alegria e felicidade.

O papel dos museus

Os espaços culturais - os museus em particular - podem e devem ser plataformas de poder informal. Podem potenciar o debate e ajudar a esclarecer o cidadão.

Neste processo de emancipação do ser humano, a cultura desempenha um papel central. No entanto, apenas com uma cultura livre, podemos ser (nós os agentes culturais) verdadeiros instrumentos de transformação social. Será que os museus – tutelados pelo Estado, pelos municípios, por empresas, mas sempre tutelados - dispõem da liberdade indispensável para serem veículos de contestação, de luta de direitos, da transformação que sentimos como urgente para o bem comum?

Se, por um lado, o Museu se sonha como um espaço de verdades incompletas e conhecimento inacabado - espaço interrompido e questionador -, por outro, ainda recebe o incómodo das feridas abertas, sublinhando, como direito essencial das nossas sociedades, o esquecimento.

De certa forma, cada museu é uma teoria que se apoia numa forma de ver e estar no mundo e assume determinados princípios, ignorando outros. Que teorias sobre o mundo apresentamos em museus? Que posicionamentos (princípios, valores...) implicam?

Memória oficial, autorizada e memórias alternativas das comunidades, de comunidades segregadas. O silenciamento destas comunidades pelos grupos política e socialmente dominantes.

A “ditadura do discurso objectivo”, a que muitas vezes os museus estão sujeitos, elimina a oportunidade de abrir espaço para o discurso emotivo que é muitas vezes aquele que é mais interessante e faz mais sentido para os públicos.

Há necessidade de expor as várias faces de um mesmo problema, mas sem se cair no erro de criar museus ou exposições que façam a apologia de um ou outro lado e se estabeleçam em oposição uns aos outros.

Algumas temáticas são geralmente identificadas como controversas pelos profissionais e investigadores da área museológica, como o colonialismo, a representação de minorias, a escravatura, o conflito armado e religioso, repatriação de património, os refugiados e a imigração, a pena de morte, a tortura, a fome, o incesto e a sexualidade, o género, a deficiência ou mesmo os princípios e processos que orientam seu próprio trabalho.

Todas as escolhas feitas num museu são escolhas políticas, pelo que os museus cujas temáticas parecem inofensivas e pacíficas também têm histórias controversas, o que se reflecte muitas vezes na exclusão da história contextual do objecto. Foram recordadas as coleiras/grilhetas de escravo “perdidas” nas reservas no MNA por alguns anos (<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-03-27-Coleiras-de-escravos-foram-encontradas>)

É importante “dosear” a apresentação de temáticas potencialmente controversas na programação do museu, uma vez que a sua presença constante pode ser contraproducente levando a uma rejeição e afastamento dos públicos. Não se deve sobrecarregar a agenda do museu com temáticas controversas, pois a maioria dos públicos ainda espera encontrar exposições e actividades mais ligadas às coleções e abordando temáticas mais tradicionais.

As linguagens

As linguagens artísticas são outras inteligências, outras formas de perceber o mundo que não as discursivas. E depois há aquela categoria especial de artistas que trabalha a memória, o corpo e a palavra - os actores.

A linguagem, a palavra, foi desde o início disciplinar, a prima ferramenta dos antropólogos (e cientistas sociais afins), depois percebemos que havia todo um universo da experiência não dita, que era essencial descrever, dar conta. O corpo, a memória, o trauma...

Ensaaiaram-se novas formas de escrita; outras linguagens (fotografia, desenho, imagem em movimento), que antes tinham um papel documental, ilustrativo, vieram à boca de cena. O próprio estatuto do que é dito deixa de ter valor ontológico de “a verdade”. Mas não sendo “a Verdade”- o que é que é dito? Para que serve?

Até que ponto o discurso a produzir pelo antropólogo/historiador/museólogo deverá ser consonante com o discurso do informador? É também nesta altura que o silêncio passa a ser objecto de atenção disciplinar.

Os artistas contemporâneos e os museus e centros de arte contemporânea têm desempenhado um papel muito relevante na abordagem de temas da actualidade e temáticas potencialmente controversas, tendo, contudo, um cuidado na sua apresentação para que não se trate apenas de “shock value”.

Exemplos

- No **Museu Nacional de Soares dos Reis** há muitos retratos, pessoas com histórias. Quando chegamos ao Conde Ferreira - entre outras coisas, um negociante de escravos - não contamos a história, porque talvez nos conduza a algum desconforto. O eliminar também pode ser um acto de libertação. Há vários lugares constrangedores dentro do espaço.
- No **Museu da Chapelaria e no Museu do Calçado** não se esconde nada. Mostra-se a realidade do trabalho infantil, daqueles que perderam uma mão... Tem a ver com quem pensa na exposição, com o seu posicionamento político. Por outro lado, o que sabemos em 2005 não é o que sabemos em 2015, há informação que vai sendo acrescentada pelos visitantes, pois o museu é um espaço permeável.
- No **Museu Militar do Porto**, há uma história tabu. Foi uma casa de habitação e Maria Coimbra era mãe solteira, só perfilhou os filhos quando o irmão morreu, havendo suspeita de incesto. Há ainda imensas histórias por contar sobre o “tenebroso casarão” enquanto foi sede da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) durante a ditadura militar.
- O **Museu Nacional do Traje** fez uma exposição sobre a utilização das peles no vestuário. É um tema controverso, mas que envolveu bastante o público. Houve muita gente que quis contribuir com peças que tinham em casa e uma exposição, que normalmente é o fim de um processo, tornou-se, neste caso, o início de algo. A coleção aumentou graças à exposição. A peça que mais chocou a equipa foi um casaco de pele de babuíno. “Como é possível vestir uma peça de roupa de um animal tão próximo de nós”?
- No **Museu do Aljube** o indizível faz parte da natureza do seu museu, porque trata de uma história política que ainda não está concluída. Ainda há gente viva que protagonizou aquela história. E a coleção do museu não são objectos, mas as histórias de vida destas pessoas, o que é muito complexo. O tema do museu é um exemplo de história indizível, que foi silenciada, mas que está lá. Só há pouco tempo, estas histórias começaram a sair da clandestinidade. Até o livro de registos de prisioneiros da Cadeia do Aljube desapareceu. Histórias como a do Museu do Aljube são complexas porque têm diferentes versões de verdade. Quando se conta esta história ficamos sempre com muitas dúvidas sobre o que é a verdade. E o museu assume-se como um espaço de controvérsia, mas que não é neutro. As memórias não provocam consenso mas aumentam a compreensão e, assim, através da partilha de memórias, a controvérsia pode transformar-se em conciliação.
- Para o **Museu da Marioneta** “o indizível” é aquilo que se perde quando se incorpora um objecto num museu. A instituição deve fazer a arqueologia do seu discurso e tentar perceber o que lhe está a escapar. Por exemplo, no seu ambiente natural, a marioneta raramente é vista sem ser manipulada. Quando entra num museu, passa a ser um corpo morto, se não for apresentada com o devido cuidado. Pode transformar-se num cadáver que dá calafrios a quem a usa ou vê em contexto ritual ou de performance. De

alguma forma, expor uma marioneta num museu é contrariar a sua natureza. Ao montar uma exposição, o museu tenta que a marioneta nunca pareça inanimada. As marionetas, em contexto ritual ou de performance, servem muitas vezes para dizer o indizível. Abordam temas como as hierarquias e injustiças sociais (o sistema de castas na Índia, por exemplo), a desigualdade de géneros, etc. Quando são inseridas num museu, calam-se. É um contrassenso. O trabalho deve estar em fazê-las falar.

- A **descoberta arqueológica da antiga lixeira urbana de Lagos**, com os despojos humanos de 158 indivíduos nela depositados entre os séculos XV e XVII, constitui a mais antiga evidência material, em solo europeu, de um lugar de deposição dos restos mortais de escravos negros da Idade Moderna. A relevância cultural desta ligação de Lagos à escravatura moderna justificou a criação do Núcleo Museológico «Rota da Escravatura» e do itinerário urbano das memórias da escravatura correspondendo aos pontos de interesse/paragens no guia “Lagos na Rota da Escravatura”, editado pela CM de Lagos. Mas pretende-se que ela sirva para a reflexão sobre outras formas de escravatura e para uma tomada de posição contra as desigualdades em prol de um mundo melhor.
- **Museu da Memória e dos Direitos Humanos** em Santiago de Chile: fotografias, objectos, livros, desenhos, gravações, testemunham o golpe de estado (11 de Setembro de 1973) e, posteriormente, a perseguição aos dissidentes do regime ditatorial do General Pinochet. Mulheres, crianças, homens, velhos ou novos, tanto fazia. Tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados. Em todo o lado a violência deixou um rasto de sofrimento e luto. Depois tentou-se procurar a verdade sobre os crimes perpetrados e o reconhecimento público do sofrimento das vítimas e dos familiares. A partir de 1990 foram criadas comissões da Verdade e da Reconciliação. Há zonas do museu violentas apenas e tão só pela sugestão (e onde se avisa as pessoas para tal). Nota-se o peso nos visitantes. Não há que ter pudor. A violência realmente existiu e tem que ser "dita", "contada". A forma como se "conta" a história sobre a violência impressiona, porque é algo ainda muito recente.
- **Museu Judaico, em Berlim**, nova ala, projectada por Daniel Libeskind: a sensação de agonia era física – arquitectonicamente, os espaços foram pensados e construídos para provocar sensações físicas - agonia, desequilíbrio, enclausuramento... O desenraizamento provocado pelo exílio.
- **No Museu da Escravatura de Liverpool** ou nos **museus de etnografia do século XIX** as temáticas colonialistas e de representação dos povos e culturas indígenas têm vindo a ser revistas, de modo a integrar a visão que estes têm de si mesmos e não só uma visão ocidentalizada.
- O **Museu da Imigração de Londres** apresentou a exposição “Call me by my name: stories from Calais and beyond” sobre as vidas e histórias dos indivíduos retidos na chamada selva de Calais e procurou despolitizar o debate sobre os refugiados e migrantes, mostrando o lado humano da questão. A exposição teve uma grande repercussão junto do público, o que pode indicar o interesse deste em temáticas atuais e potencialmente controversas.
- A escravatura: “Ímpio e desumano abuso”, como lhe chamou o Marquês de Pombal após a sua abolição parcial a partir de 1761; As declarações do Presidente da República no Senegal. A escravatura sob outro nome continuou a ser praticada por portugueses e com caução do Estado português. A questão dos trabalhos forçados nas



colónias portuguesas.

- Miguel Cardina (Vice—Presidente dos Centro de Estudos Sociais, Coimbra), trabalha sobre as narrativas coloniais, a memória e a história e está a coordenar um projecto neste âmbito – “CROME - Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times”.

Haverá sempre coisas que ficam por dizer. Que os diálogos continuem. Em ambiente de liberdade e no sentido da construção de uma vida melhor.